



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

20ª SELEÇÃO PARA ESTUDANTES DE DIREITO - GOIÂNIA/GO PROGRAMA DE ESTÁGIO

DATA DE REALIZAÇÃO: 28/08/2016 (domingo)

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno contém 51 (cinquenta e uma) questões, sendo 50 (cinquenta) objetivas e 1 (uma) subjetiva.
2. As questões objetivas estão assim distribuídas:
08 (oito) questões de DIREITO PENAL (01 a 08);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL CIVIL (09 a 17);
08 (oito) questões de DIREITO CONSTITUCIONAL (18 a 25);
08 (oito) questões de DIREITO ADMINISTRATIVO (26 a 33);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL PENAL (34 a 42);
08 (oito) questões sobre JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (43 a 50).
2. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
3. NÃO É PERMITIDA A CONSULTA A LIVROS, DICIONÁRIOS, APONTAMENTOS, APOSTILAS OU QUALQUER OUTRO MATERIAL DO GÊNERO, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR OU RECEPTOR INCLUSIVE APARELHOS CELULARES, PAGERS E SIMILARES.
4. Durante a prova, o candidato não deve se levantar e nem se comunicar com outros candidatos.
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.
6. O candidato que desejar levar seu caderno de prova deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
7. As respostas deverão ser marcadas no cartão de respostas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, desconsiderando-se aquelas rasuradas ou que contenham mais de uma resposta. O quadrado da resposta marcada deve ser TOTALMENTE preenchido, bem como o nº da inscrição.
8. O Cartão de Respostas não será trocado em hipótese alguma e o nº da inscrição deve ser marcado no campo apropriado alinhado à direita do Cartão.
9. A desobediência a qualquer das recomendações constantes nestas instruções e àquelas efetivadas pelos fiscais de sala implicará na anulação da prova do candidato.
10. O Gabarito será divulgado no mural da Justiça Federal em Goiás e na Internet: <http://www.jfgo.jus.br>, Menu "Concursos", "Estágios".

BOA SORTE!

DIREITO PENAL

01. Actiá subtraiu um notebook no local em que trabalha. Ao chegar em casa seu irmão Bolagete o convence a devolver o bem furtado, o que vem a fazer no dia seguinte, quando o fato já havia sido registrado na delegacia de furtos e roubos.

- a) () Furto, sendo irrelevante a devolução do bem pelo convencimento do irmão Bolagete.
- b) () Desistência voluntária, não podendo responder por furto.
- c) () Arrependimento eficaz, e por isso, não responde por furto.
- d) () Arrependimento posterior, com reflexo exclusivamente no processo de dosimetria da pena.

02. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) () O chamado princípio da insignificância exclui a tipicidade material e formal da conduta.
- b) () O princípio da insignificância, quanto possível a sua aplicação, exclui o crime, afastando a antijuridicidade.
- c) () O princípio da insignificância atua como interpretação restritiva do tipo penal, tendo em vista que restringe o âmbito de incidência da lei penal incriminadora e afasta a tipicidade penal.
- d) () Nos denominados “crimes de bagatela” ocorre causa obrigatória de diminuição de pena.

03. Assinale a alternativa INCORRETA dentre as assertivas abaixo.

- a) () No delito putativo por erro de tipo, o sujeito quer praticar um crime, porém, em face do erro, desconhece que está cometendo irrelevante penal.
- b) () No erro de tipo agente não sabe que está cometendo um crime, mas acaba por praticá-lo.
- c) () Na discriminante putativa por erro de proibição o agente supõe que está diante de uma causa que exclui o crime, porque avalia equivocadamente norma, ou seja, pensa que age certo quando está errado.
- d) () Pode-se dizer que na *aberratio ictus* também conhecida como desvio no golpe, o agente faz uma confusão mental e olha um desconhecido e o confunde com a pessoa que quer atingir.

04. “A”, policial civil lotado em delegacia de polícia, deixou de dar andamento ao inquérito no qual “B” estava sendo investigado. A interrupção no andamento do inquérito deveu-se ao fato de “C”, irmão de “B”, ter pago ao policial, voluntariamente, a importância de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Na situação relatada, “A” cometeu, em tese, o crime de:

- a) () concussão.
- b) () advocacia administrativa.
- c) () prevaricação.
- d) () corrupção passiva.

05. A teoria finalista da ação, adotada pelo Código Penal, concebe o crime como um fato típico e antijurídico. A culpabilidade diz respeito à reprovabilidade da conduta. O dolo para essa teoria é elemento estruturante do fato típico. Essa adoção objetiva corrigir contradições na teoria:

- a) da causalidade normativa.
- b) equivalência dos antecedentes causais.
- c) da imputabilidade.
- d) do domínio do fato.

06. Partícipe de um crime é o sujeito que:

- a) pratica a conduta descrita no tipo penal, juntamente com seu comparsa.
- b) induz, instiga ou auxilia na prática do crime, embora não pratique a conduta típica.
- c) executa a conduta que a lei define como crime.
- d) auxilia autor de crime a subtrair-se à ação de autoridade pública.

07. Se um funcionário Público apropriar-se de dinheiro que lhe foi confiado em razão do cargo, estará cometendo crime de:

- a) peculato.
- b) apropriação indébita.
- c) furto.
- d) corrupção passiva.

08. Sobre as assertivas abaixo:

- I - A prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade são espécies de penas restritivas de direitos.
- II - De acordo com o art. 33, *caput*, do Código Penal a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, enquanto a pena de detenção em regime semiaberto ou aberto, salvo necessidade de transferência para o regime fechado.
- III - Nos termos do Parágrafo 2º, letra c, do art. 33 do Código Penal o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.
- IV - A atribuição de tarefas gratuitas ao condenado em entidades assistenciais, escolas, hospitais, asilos e outros estabelecimentos congêneres, em programas estatais, conforme suas aptidões, trata-se de pena de interdição temporária de direitos.

- a) I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas IV está incorreta.
- c) I e II estão corretas.
- d) Nenhuma está correta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

09. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () O processo civil será interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil.
- b) () A boa-fé processual tem a função precípua de estabelecer um comportamento ético aos atores do processo e evitar que atos abusivos sejam praticados.
- c) () A lei processual não retroagirá e será aplicada a todos os processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- d) () O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

10. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Nas causas em que a União for demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.
- b) () Nas causas em que a União for a autora a competência é do foro do Domicílio do réu ou do Distrito Federal.
- c) () Tanto a incompetência relativa quanto a absoluta deverá ser alegada em preliminar de contestação.
- d) () As disposições do Código de Processo Civil poderão ser aplicadas supletiva e subsidiariamente aos processos eleitorais, trabalhistas e administrativos.

11. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA

- I - Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
 - II - A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro horas) do último dia do prazo, observado o horário vigente na sede do juízo perante o qual o ato deve ser praticado.
 - III - Durante as férias forenses e nos feriados, em regra, não serão praticados atos processuais.
- a) () Todas as alternativas estão corretas.
 - b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
 - c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
 - d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

12. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
 - II - Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
 - III - O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.
- a) () Todas as alternativas estão corretas.
 - b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
 - c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
 - d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

13. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz.
- b) () A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- c) () A controvérsia surgida entre dois ou mais juízes acerca da reunião ou separação de processos não configura conflito de competência.
- d) () Os atos processuais, em regra, serão realizados na sede do juízo.

14. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () O ato processual praticado antes do termo inicial do prazo é considerado tempestivo.
- b) () É permitido ao juiz reduzir prazos peremptórios sem a anuência das partes.
- c) () O direito de praticar ou de emendar o ato processual extingue-se com o decurso do prazo, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
- d) () O ato processual a cargo da parte, na falta de outro prazo previsto em lei ou estabelecido pelo juiz, deverá ser praticado em até 5 (cinco) dias.

15. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () O ato realizado de forma diversa daquela prevista na lei poderá ser considerado válido pelo juiz se alcançada a sua finalidade.
- b) () É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- c) () A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, exceto quando o juiz deva decretá-la de ofício, sob pena de preclusão.
- d) () Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa.

16. Não é causa de suspensão do processo:

- a) a arguição de impedimento ou suspeição e alegação de incompetência absoluta.
- b) a admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) a convenção das partes.
- d) a perda da capacidade processual de qualquer das partes.

17. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.
- b) É permitido ao juiz pronunciar de ofício sobre a existência de convenção de arbitragem.
- c) A tutela provisória, quando antecedente, será requerida no juízo competente para conhecer do pedido principal.
- d) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

DIREITO CONSTITUCIONAL

18. Acerca do controle concentrado de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Podem propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade: Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e o Procurador Geral da República.
- b) Na Ação Direta de Constitucionalidade é necessária a manifestação do Advogado-Geral da União.
- c) São legitimados especiais, que necessitam demonstrar a pertinência temática (interesse de agir): A mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do DF, o Governador de Estado ou do DF, e a Confederação Sindical ou Entidade de Classe de âmbito nacional.
- d) Os Tribunais de Justiça nos estados podem desempenhar o controle abstrato e concentrado de leis estaduais e municipais diretamente em face da CF.

19. Sobre o Poder Judiciário, assinale a opção INCORRETA.

- a) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- b) Ao Supremo Tribunal Federal importa processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República.
- c) Os juízes federais não detêm competência para julgar a disputa sobre direitos indígenas.
- d) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao respectivo Tribunal.

20. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Denomina-se rígida a constituição que prevê procedimento especial e solene para a sua modificação, não admitindo ser alterada da mesma forma que as leis ordinárias;
 - II - A Constituição Brasileira de 1988 é considerada semirrígida, uma vez que, com exceção às cláusulas pétreas, apenas parte de suas normas constitucionais exige, para sua alteração, um processo legislativo diferenciado.
 - III - Segundo entendimento do STF, o preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil não possui força normativa.
 - IV - As constituições promulgadas decorrem do povo, que as elaboram por intermédio de seus representantes. Nesse sentido, é correto afirmar que a atual Constituição Brasileira foi promulgada.
- a) Todas as opções estão corretas.
 - b) Apenas a I, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas a I e II estão corretas.
 - d) Apenas a II e III estão corretas.

21. De acordo com a Carta Magna, no âmbito da competência legislativa concorrente, julgue os itens verdadeiros (V) ou falsos (F) e responda a alternativa correta.

- I - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
 - II - Na competência concorrente, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
 - III - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
 - IV - Há competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal legislar sobre desapropriação.
- a) V - V - V - F
 - b) F - V - V - F
 - c) F - F - F - V
 - d) V - V - V - V

22. Sobre a possibilidade de emenda à Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto e obrigatório.
- b) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- c) A Emenda à Constituição deve ser promulgada pela Casa na qual tenha sido concluída a votação do projeto de Emenda.
- d) A Constituição brasileira não pode ser emendada quando em estado de sítio e durante a intervenção da União nos Municípios.

23. Acerca da manifestação de pensamento é correto dizer que:

- a) é incabível o estabelecimento de restrições ao direito de liberdade de manifestação do pensamento para evitar lesão a outro preceito fundamental.
- b) a liberdade para manifestação de pensamento é estendida a todos os brasileiros, que poderão agir em anonimato, se assim desejarem.
- c) a liberdade de manifestação do pensamento constitui um direito absoluto.
- d) a liberdade de manifestação é limitada pelo respeito à imagem e à moral das pessoas.

24. É competência do Supremo Tribunal Federal:

- a) processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral.
- b) a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.
- c) processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- d) processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado.

25. O remédio constitucional para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público é:

- a) a ação civil pública.
- b) a ação popular.
- c) o mandado de injunção.
- d) o mandado de segurança.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) No processo administrativo o princípio da motivação impõe à Administração a obrigação de explicitar os fundamentos de fato e de direito de suas decisões.
- b) O princípio da moralidade exige que os atos do gestor público sejam pautados pela ética e pelo respeito aos valores jurídicos e morais.
- c) O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- d) Amparado pelo princípio da impessoalidade o gestor público pode agir tanto em nome próprio quanto em nome do poder público.

27. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - A atividade de polícia administrativa sempre gozará de presunção de legitimidade.
- II - O poder de polícia pode ser delegado para concessionários e permissionários de serviço público.
- III - O poder de polícia da Administração tem por fundamento a supremacia do interesse público sobre o privado.

- a) () Todas as alternativas estão corretas.
- b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
- c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

28. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - O poder regulamentar não permite que o ato normativo derivado crie direitos e obrigações.
- II - O poder disciplinar é instrumento disponibilizado à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades às pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- III - O poder hierárquico não depende de lei que o estabeleça, é presumido em razão da estrutura verticalizada da Administração.

- a) () Todas as alternativas estão corretas.
- b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
- c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

29. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - É agente público qualquer pessoa responsável pelo desempenho de uma função pública, ainda que de forma transitória.
- II - Cargo público e emprego público são locais dentro do serviço público, criados por lei, com atribuições, nomenclatura e remuneração próprias e que não podem ser determinados em razão do tipo de vínculo existente entre o servidor e o Estado.
- III - O provimento de cargo efetivo exige prévia aprovação em concurso público de provas ou de títulos.

- a) () Todas as alternativas estão incorretas.
- b) () Somente as alternativas I e II estão incorretas.
- c) () Somente as alternativas I e III estão incorretas.
- d) () Somente as alternativas II e III estão incorretas.

30. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Nas licitações o caráter vantajoso da proposta deve ser aferido de forma objetiva, de acordo com critérios estabelecidos no instrumento convocatório.
- II - O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe o respeito às normas previamente estabelecidas como regramento do certame.
- III - O tratamento isonômico exigido nas licitações é uma forma de garantir a competitividade entre os licitantes.

- a) () Todas as alternativas estão corretas.
- b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
- c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

31. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - A Constituição Federal assegura o contraditório e a ampla defesa tanto no processo administrativo quanto no processo judicial.
- II - A ação popular (art. 5º, LXXIII, da CF/88) é instrumento de controle externo do ato administrativo.
- III - A supressão de uma atividade do regime da livre iniciativa, imposta pelo Estado e em benefício do interesse público, não caracteriza monopólio.

- a) () Todas as alternativas estão corretas.
- b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
- c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

32. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Licitação é procedimento prévio de seleção por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, observando o princípio da isonomia, busca obter a proposta mais vantajosa para a celebração de um contrato.
- II - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.
- III - Na dispensa de licitação, embora a competição seja possível, a Administração não é obrigada a licitar nos casos em que entender oportuna e conveniente a contratação direta.

- a) () Todas as alternativas estão corretas.
- b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
- c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

33. São modalidades de licitação previstas na lei 8.666/93, EXCETO:

- a) concorrência.
- b) tomada de preços.
- c) chamada pública.
- d) convite

PROCESSO PENAL

34. O devido processo legal está consagrado na nossa Constituição Federal no art. 5º, LIV e LV e estabelece que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem que haja um processo prévio, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Uma série de direitos ao acusado decorre do referido princípio, EXCETO:

- a) de não ser obrigado à autoincriminação.
- b) à citação e ao conhecimento prévio do teor da acusação.
- c) de ser presumido inocente e de não ser tratado como se fosse culpado.
- d) de comparecer perante a autoridade judiciária no curso do processo penal e ser interrogado, ainda que sem a presença de defensor, constituído ou nomeado, a fim de poder narrar sua versão dos fatos.

35. A respeito dos princípios processuais penais, é CORRETO:

- a) O princípio da verdade real constitui princípio supremo no processo penal, tendo valor absoluto, inclusive para conhecimento e valoração das provas ilícitas.
- b) O direito ao silêncio, que está previsto na Constituição da República, em conformidade com a interpretação sedimentada, só se aplica ao acusado preso.
- c) O princípio da publicidade autoriza a divulgação de dados da investigação, inclusive referentes ao ofendido.
- d) O princípio do contraditório restará violado se entre a acusação e a sentença inexistir correlação.

36. Em relação ao *habeas corpus* em nosso sistema jurídico assinale a alternativa CORRETA.

- a) A impetração do *habeas corpus* depende de procuração, a fim de comprovar a capacidade postulatória.
- b) Para a impetração do *habeas corpus* não se exige a presença do advogado, podendo ser impetrado por qualquer pessoa do povo e em favor de outrem.
- c) O coator não pode ser o particular, mas apenas uma autoridade.
- d) De acordo como o Código de Processo Penal não há necessidade de assinatura do impetrante ou de alguém a seu rogo na inicial de *habeas corpus*.

37. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Instaurada a ação penal o Ministério Público não poderá dela desistir.
- b) O oferecimento da denúncia depende, necessariamente, de prévio inquérito policial.
- c) O prazo para o oferecimento da denúncia, no caso de réu preso, é de quinze dias.
- d) Na denúncia deve conter, obrigatoriamente, o rol de testemunhas.

38. Sobre o inquérito policial assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Nos termos do Código de Processo Penal, o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 30 dias quando estiver solto.
- b) () Encontrando-se o investigado preso, o prazo de 10 dias fluirá a partir do dia em que for executada a prisão, não importando se é caso de prisão em flagrante ou de prisão preventiva.
- c) () Trata-se de investigação que deve ser realizada por autoridades e agentes integrantes dos quadros públicos, sendo vedada a delegação da atividade investigatória a particulares.
- d) () Nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito de ofício.

39. No âmbito do processo penal, rege-se a jurisdição pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) () juiz natural.
- b) () inércia.
- c) () anterioridade.
- d) () investidura.

40. Quanto à competência no processo penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) () A competência para ação penal quando não se sabe o domicílio do ofendido será estabelecida pelo local da infração.
- b) () A competência é pressuposto processual de validade da instância, ou seja, requisito indispensável à instauração e ao desenvolvimento regular do processo.
- c) () De acordo com o Código de Processo Penal, nos casos de conexão e continência, será obrigatória a separação dos processos quando, pelo excessivo número de acusados, houver risco de que seja prolongada a prisão provisória de um deles.
- d) () Desconhecido o domicílio do réu, a competência será estabelecida pela prevenção.

41. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Sentença *citra petita* é aquela em que o juiz ultrapassa o que foi requerido na denúncia ou queixa, ou seja, vai além dos limites do pedido.
- b) () O relatório é requisito essencial da sentença criminal.
- c) () Uma vez proferida a sentença não mais poderá ser modificada pelo seu prolator, salvo para corrigir erros materiais, omissões, contradições e obscuridades.
- d) () Se o juiz entender que o réu é inimputável por doença mental proferirá sentença absolutória imprópria.

42. Analise as assertivas abaixo.

- I - De acordo com o Código de Processo Penal, a carta precatória é utilizada como forma de colher o depoimento quando a testemunha se encontrar fora da jurisdição do magistrado que preside o processo.
 - II - A expedição de carta precatória suspenderá a instrução criminal.
 - III - São pressupostos recursais objetivos: cabimento do recurso, tempestividade da interposição, forma legal e preparo.
 - IV - O princípio *tantum devolutum quantum appellatum* não tem incidência no processo penal.
- a) () Todas estão corretas.
 - b) () Apenas IV está incorreta.
 - c) () II e IV estão incorretas.
 - d) () I e II estão corretas.

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

43. Nos termos da Lei 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar as causas:

- a) () para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
- b) () que tenham por objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.
- c) () sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- d) () sobre bens imóveis das autarquias e fundações públicas federais.

44. Considere as assertivas abaixo a respeito dos Juizados Especiais Federais e assinale a alternativa CORRETA.

- I. Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como réis, a União, autarquias, fundações públicas e empresas públicas federais.
 - II. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.
 - III. Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.
 - IV. Nas causas de sua competência haverá reexame necessário, quando a União for vencida.
- a) () Estão corretas as assertivas I, II e III.
 - b) () Estão corretas as assertivas II e III.
 - c) () Estão corretas as assertivas I e IV.
 - d) () Nenhuma assertiva está correta.

45. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É competente para a execução o Juizado Especial Federal que proferiu a sentença.
- b) Havendo obrigações vincendas, a soma de 12 (doze) parcelas não poderá exceder o limite de alçada previsto no art. 3º, *caput*, da Lei nº 10.259/2001.
- c) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.
- d) Tratando-se de condenação ao pagamento de quantia certa, em hipótese alguma, a execução poderá exceder o limite de alçada dos JEFs.

46. No que diz respeito aos recursos nos Juizados Especiais Federais, é INCORRETO afirmar que:

- a) somente se admite recurso de sentença definitiva. Entretanto, as medidas cautelares deferidas no curso do processo também podem ser objeto de recurso.
- b) é de 10 (dez) dias o prazo para interposição de recurso de sentença, cabendo o julgamento à Turma Recursal.
- c) não se exige preparo do recurso, ainda que a parte recorrente não seja beneficiária da assistência judiciária gratuita.
- d) a oposição de embargos de declaração interrompe o prazo para interposição de recurso.

47. De acordo com o microssistema processual dos Juizados Especiais Federais, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) para as assertivas abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

- I. Além das pessoas físicas, podem integrar o polo ativo da lide as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei.
- II. Considerando que defendem direitos indisponíveis, os representantes da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais não estão autorizados a conciliar, transigir ou desistir.
- III. A parte autora não precisa estar representada por advogado, exceto em caso de recurso.
- IV. O recurso será recebido apenas no efeito devolutivo, podendo ser atribuído efeito suspensivo para evitar dano irreparável à parte.

- a) V, V, F e V
- b) V, F, V e V
- c) F, F, V e F
- d) V, V, F e F

48. Do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais não é cabível o seguinte meio de impugnação:

- a) oposição de embargos de declaração.
- b) interposição de recurso especial, a ser decidido pelo STJ.
- c) interposição de recurso extraordinário, a ser decidido pelo STF.
- d) formular pedido de uniformização de interpretação de lei federal.

49. Considerando as normas que regem os Juizados Especiais Federais, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) para as assertivas abaixo e escolha a opção CORRETA.

- I. As entidades públicas têm direito de prazo em dobro para recorrer.
- II. Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 9.099/95.
- III. O pedido de uniformização de interpretação de lei federal é incabível quando há divergência de entendimento entre Turmas Recursais sobre questões de direito material.
- IV. Compete aos Tribunais Regionais Federais prestar suporte administrativo aos JEFs. Todavia, as decisões proferidas por estes não se submetem àqueles, em grau de recurso.

- a) () V, V, F e F
- b) () F, V, F e V
- c) () F, F, V e F
- d) () F, F, V e F

50. Nos termos do art. 3º da Lei 10.259/01, compete ao Juizado Especial Federal Cível, respeitadas as exceções previstas em lei, processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de:

- a) () cinquenta salários mínimos.
- b) () sessenta salários mínimos.
- c) () trinta salários mínimos.
- d) () quarenta salários mínimos.

Atenção Candidato(a): não preencher o espaço abaixo.

Nota do(a) Candidato(a):

Comentários do Juiz (se necessário):

Carimbo e assinatura do Juiz: